

SYS 898026

# Entidades de direitos humanos rejeitam mudanças no plano

Grupos dizem que durante a ditadura guerrilheiros já foram julgados e punidos, ao contrário de militares torturadores

**“Nenhum torturador ou estuprador que agiu nos porões respondeu pelos crimes de lesa-humanidade que cometeu”, diz ex-pres**

LAURA CAPRIGLIONE  
DA REPORTAGEM LOCAL

Entidades de defesa dos direitos humanos, contra a tortura e de familiares de mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar (1964-1985) manifestaram-se contrariamente à modificação proposta no texto da diretriz 23 do Programa Nacional de Direitos Humanos. Pelo novo texto, seria suprimida referência à “repressão política” no quesito que prevê a apuração das violações dos direitos humanos.

“O novo texto deixa tudo em aberto. Violações de direitos humanos seriam apuradas tanto as cometidas por organizações da esquerda armada quanto pela repressão política. Como se fosse igual. E não é”, diz Maria Amélia de Almeida Telles, integrante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

“Quem é o agente da repressão política que já foi punido por seus atos? Nenhum torturador ou estuprador que agiu nos porões da repressão respondeu pelos crimes de lesa-humanidade que cometeu”,

acusa o jornalista Alípio Freire, da extinta organização Ala Vermelha, preso durante “5 anos, um mês, um dia e 18 horas”, entre 1969 e 1974.

“Nós, sim, os militantes, fomos punidos. Muitas vezes. Fomos sequestrados, levados para cárceres clandestinos (dos quais muitos desapareceram), mantidos incommunicáveis, presos, torturados, mortos, condenados, forçados ao exílio”, diz Alípio Freire.

A acusação contra Freire era a de “tentativa de tomada do poder”, de “guerra subversiva,

## **[+] APOIO: OAB DIZ QUE MILITARES DEVEM SER PUNIDOS LEGALMENTE**

O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, disse que os militares que cometeram crimes de lesa humanidade no período da ditadura devem ser punidos legalmente. Britto defendeu o ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) e diz que ele tem razão ao defender a criação de uma comissão da verdade. O presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, disse que o ministro Nelson Jobim (Defesa) e os comandantes das Forças Armadas devem cumprir a ameaça de entregar os cargos a Lula.

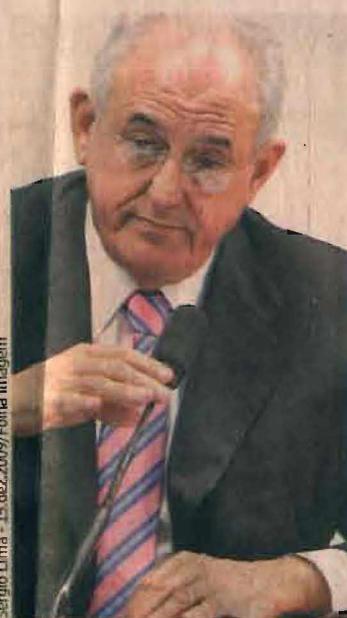
psicológica e adversa”, de “ação armada”, conforme tipificado pela Lei de Segurança Nacional, a temida LSN. Condenado a dez anos na Auditoria Militar de São Paulo, posteriormente, o próprio Superior Tribunal Militar revisou a sentença, reduzindo-a para seis anos. “Fiquei preso dois anos a mais do que eles mesmos — e suas leis de exceção — julgaram que eu devia. Com três anos, teria direito a sair”, lembra.

“Os militantes contra a ditadura já foram punidos, inclusive à luz da legislação do regime ditatorial existente na época no Brasil. O que é preciso fazer, até porque nunca foi feito antes, é apurar as responsabilidades daqueles que, de dentro do Estado, torturaram e mataram”, afirma Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo.

“Esta é a segunda tentativa do ministro Nelson Jobim de ganhar no tapetão”, afirma Zelic. “Na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada no final de 2008, os representantes do Ministério da Defesa já tinham tentado mudar o caráter da Comissão Nacional de Verdade e Justiça, propondo que ela se chamasse Comissão da Verdade e Reconciliação. Perderam. Agora, de novo, tentam de novo esvaziar o plano para que mais uma vez nada aconteça”, diz Zelic.

## O AGRAVAMENTO DAS POLÊMICAS

A escalada dos protestos de diversos setores contra o plano de direitos humanos



Sergio Lima - 15. dez. 2009/Folha Imagem

» 21. dez. 2009

Programa é lançado em Brasília

» 23. dez. 2009

Os comandantes do Exército e da Aeronáutica ameaçam deixar postos se Lula não revogar pontos que tratam da comissão da verdade para apurar crimes cometidos pela ditadura

» 1º jan. 2010

Ministro Paulo Vannuchi (Direitos Humanos) diz que plano não tem caráter “revanchista”, como afirmam a área militar e o ministro Nelson Jobim (Defesa), e que seguirá o que está previsto na Lei da Anistia

» 7. jan. 2010

Igreja reage a propostas de descriminalização do aborto e união civil homossexual; entidades do setor de comunicação criticam ranking dos veículos “comprometidos com os direitos humanos”

» 8. jan. 2010

Ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) diz que plano levará “insegurança jurídica” ao campo

» 9. jan. 2010

Vannuchi diz que sairá se modificações no plano incluírem punição a torturados, exigência feita pela área militar